

Associações de classe da polícia defendem retroação do reajuste a 1º de março

Entre as reivindicações, a aprovação de emendas pontuais e respeito à data-base

DA REDAÇÃO

Sindicatos e associações de diversas categorias de policiais civis e de policiais militares expuseram suas reivindicações na audiência pública para discutir os PLCs 47, 48, 49, 50 e 51, de 2011, que reestruturam carreiras da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Em comum, os representantes das entidades pediram a aprovação de emendas pontuais e que o reajuste previsto nos PLCs seja concedido retroativamente a partir de 1º/3/2011, data-base da categoria, e não 1º/7, como proposto pelo governo estadual.

Policiais militares

O presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo (ASS/PM), Ângelo



Elcio Inocente, presidente da APDMFESP

Criscuolo, pediu a aprovação de emendas para “fazer justiça aos praças, pois é necessário conceder à classe promoções mais rápidas.

Élcio Inocente, presidente da Associação dos Policiais Militares Portadores de Deficiência, pediu urgência na aprovação dos PLCs, além do respeito à data-base de 1º/3.

Idealizador da proposta de piso nacional para profissionais da segurança pública (PEC 300/08), o subtenente Clóvis de Oliveira, da Polícia Militar de São Paulo, pediu a votação daquela proposta em 2º turno, na Câmara Federal, “que vai mudar a segurança do Brasil, pois não adianta investir em equipamentos se não se investe no homem”.

Cabo Wilson, da Associação dos Cabos e Soldados, declarou que o Estado de São Paulo continua pagando um salário irrisório aos seus policiais. “Sergipe paga R\$3.500 e o Distrito Federal paga R\$5.450 a um soldado em início de carreira”. Pediu que os projetos enviados pelo Executivo sejam aprimorados pelos deputados e agilidade na aprovação das medidas.

Policiais civis

Hilkias de Oliveira, presidente da Associação dos Funcionários da Polícia Civil, manifestou apoio à aprovação das emendas 16 e 25 ao PLC 47.

George Melão, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia, disse, referindo-se à Copa de 2014, que “do jeito que a segurança pública está hoje, não temos condições de sediar nada, porque está um caos”. Segundo Melão, o sindicato não participou de nenhuma negociação, e nunca foi chamado a contribuir com o projeto.

João Batista Rebouças, do Sindicato dos Investigadores de Polícia, disse que “a polícia tem de

deixar de ser bico”, e que o policial tem de ter salário digno. Defendeu emenda do deputado Rui Falcão que trata de equiparação salarial de categorias da Polícia Civil.

João Xavier Fernandes, do Sindicato dos Escrivães de Polícia, reclamou do teor dos PLCs 47 e 48, porque, segundo ele, provoca queda do nível salarial da categoria, além de conter falhas graves. Defendeu as emendas que tratam dos critérios utilizados para a avaliação de mérito.

Jarim Lopes Roseira, da Internacional Police Association – Seção Regional do Estado de São Paulo, afirmou que a ausência das autoridades de Segurança estaduais “sinaliza o pouco caso que têm com a área”. Roseira cobrou resultados: “A audiência tem que ter consequências. É o que esperamos. É da essência da democracia”.

Representando a Associação dos Delegados do Estado de São Paulo (Adpesp), Cleber Pinha Alonso, defendeu a aprovação das emendas apresentadas pela associação. Alonso apelou ainda pela autonomia da Casa em relação ao Executivo: “Peço ao presidente Barros Munhoz que faça valer essa independência”, disse.

Maria Aparecida Queiroz Almeida, presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Sorocaba, disse que as audiências realizadas em sua cidade nunca foram em vão. “Alguma coisa sempre conseguimos.” Ela defendeu a inclusão de emendas referentes ao pagamento do ALE de nível superior e ao respeito à data-base.

Eumario Lúcio da Mata, do Sindicato dos Policiais Civis da região de Ribeirão Preto (Sinpol) desabafou sobre a falta de organização do governo em relação ao recebimento de documentos sobre os PLCs. Ele questionou a falta de diálogo com o Executivo e disse que, como contribuinte, gostaria de ter melhores serviços. (LP)

Servidores administrativos

Vagner Coghi, da Associação dos Servidores Administrativos e de Apoio do Estado de São Paulo (Asaaesp), pediu o reconhecimento desses servidores



Maria Aparecida Queiroz, do Sindicato dos Policiais Civis da região de Sorocaba



Vagner Coghi, da Associação dos Servidores Administrativos e de Apoio do Estado de São Paulo (Asaaesp)

como pertencentes à carreira policial, além da concessão do Adicional de Local de Exercício (ALE).

Escolta, vigilância e segurança penitenciária

Wiliam Nunes Araújo, secretário geral da Associação dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária, afirmou que há nove anos foi criada sua categoria na Polícia Militar e, desde então, a única coisa que fazem é vigilância externa de presídios. “Peço aos deputados que votem favoravelmente às emendas propostas”.

Daniel Grandolfo, presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária (Sindasp), falou sobre “a realidade” da categoria: baixos salários e falta de segurança no exercício da profissão. Ele questionou o motivo de as reivindicações da categoria não terem sido apreciadas no projeto e afirmou que as três entidades que representam a categoria apresentaram proposta única. (LP)

Inativos e pensionistas

Adriana Borgo, presidente da Associação dos Familiares e Amigos de Policiais do Estado de São Paulo (Afapesp) questionou as diferenças no pagamento do ALE. “Todos temos a mesma importância, por que minha vida vale menos ou mais que a de meu marido?” Ela defendeu

que os inativos também recebam o benefício e solicitou que as policiais femininas tenham coletes à prova de bala apropriados. Segundo ela, o número de policiais femininas com câncer de mama tem aumentado por falta de colete adequado. Adriana informou que na próxima semana as mulheres parentes de policiais estão dispostas a iniciar greve de fome, por tempo indeterminado, até que a PEC 300 seja aprovada e a situação dos policiais melhore no Estado.

Márcia Yamamoto / Ag. Assembleia

Márcia Yamamoto / Ag. Assembleia

Márcia Yamamoto / Ag. Assembleia